



SindBancários
PETRÓPOLIS/RJ

Dia a Dia

www.sindbancariospetropolis.com.br

**SEJA
SÓCIO
VOCÊ
TAMBÉM**

CUT BRASIL **CONTRAF**

Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários
e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto

Telefax: (24) 2242.0673 | 2231.2281

 /SindBancariosPetropolis

sindbancariospetropolis@gmail.com

Ano XX nº 5474 – 19 dezembro de 2016

Ato conta Pacote de Maldades do governo Temer

O Movimento Sindical de Petrópolis que reúne 14 sindicatos em nossa cidade, realizará um ato denunciando o "pacote de maldades" do governo Temer (falando dos males da reforma da previdência, da PEC 55, da terceirização e da lei da mordada/escola sem partido).

O SindBancários Petrópolis, que faz parte do Movimento Sindical, estará representado pelos seus diretores nesta manifestação que acontece hoje, dia 19/12, com concentração a partir das 16h, na Praça da Inconfidência.

Só a luta e a resistência podem mudar o cenário que prejudica principalmente os trabalhadores e os mais pobres do nosso país. Essa luta também é sua, participe!



Contraf rechaça mudanças de Temer no FGTS que podem aumentar demissões

Quando o governo ilegítimo de Michel Temer anuncia alguma mudança, o trabalhador já espera o pior, e com razão. Desta vez, entre as medidas anunciadas, como estímulo à economia, está mais uma que vai prejudicar ainda mais os trabalhadores. A meta é extinguir gradualmente a multa adicional de 10% sobre o saldo do FGTS.

Quando o trabalhador é demitido sem justa causa, a empresa paga 40% para o empregado e 10% para o governo. Essa fatia depositada na conta do poder público vai ser reduzida em 1 ponto percentual ao ano até acabar totalmente.

O desemprego aumenta a cada dia com Temer no governo. Dados do IBGE revelam que o desemprego ficou em 11,8% no trimestre encerrado em outubro deste ano. A taxa segue como a maior de toda a série histórica da Pnad, que teve início em 2012 e a população de trabalhadores brasileiros desempregados chega a 12 milhões, com aumento de 32,7%, ou 3 milhões de pessoas, na comparação com o mesmo período de 2015.

O desemprego na categoria bancária também disparou. A aceleração do número de demissões nos bancos se comprovou na última pesquisa do Dieese, com base nos números do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego). De janeiro a outubro de 2016, os bancos brasileiros fecharam 10.009 postos de trabalho no país. Esse número supera o total de postos de trabalho bancário fechados em 2015 (9.886) e representa um aumento de 58,4% em relação ao número de postos fechados no mesmo período em 2015, quando foram extintos 6.319 empregos.

São Paulo foi o estado onde ocorreram mais cortes (menos 4.688 postos, 46,8% do total de postos fechados), seguido pelo Rio de Janeiro, que fechou 1.595 postos (16,0%), o Paraná, com 715 postos extintos (7,1%) e Minas Gerais (menos 625 postos ou 6,2% do total). Apenas três estados registraram saldo positivo no emprego bancário, com destaque para o Pará, com 104 postos abertos.

Estudo revela que sistema tributário do Brasil é dos mais injustos do mundo

O Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) publicou na última semana um estudo intitulado "Perfil da Desigualdade e Injustiça Tributária". A nota técnica revela, por meio de dados da Receita Federal consolidados entre 2007 e 2013, que o Brasil possui um dos sistemas tributários mais injustos do mundo, no qual pobres pagam mais do que ricos. "Os dados são fartos para revelar uma casta de privilegiados no país, com elevados rendimentos e riquezas que não são tributados adequadamente", afirma o estudo.

Assinada pelo pesquisador Evilásio Salvador, a nota técnica ressalta a importância da transparência da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Afirma, entretanto, que "informações precisam ser ampliadas e aperfeiçoadas, devendo incluir, por exemplo, faixas de rendimentos por gênero, raça e por idade, permitindo uma análise mais ampla da desigualdade no país".

Para converter o cenário de desigualdade, o estudo indica a criação de medidas, como a criação de um imposto sobre grandes fortunas, previsto na Constituição de 1988 e não regulamentado até hoje. Também existem propostas para reformas tributárias.